

[REDACTED]

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA ERALDA ETRA MARIA LESSA, PREGOEIRA  
DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES DO ESTADO  
DE RONDÔNIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90209/2024/SUPEL/RO**

**AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.: 0069.003445/2023-51/SEOSP/RO**

[REDACTED]  
[REDACTED], pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED]  
[REDACTED], com sede na [REDACTED] São Paulo, [REDACTED]  
[REDACTED] vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por meio de seus  
procuradores devidamente constituídos e subscritos (**docs. anexos**), apresentar  
**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** ao de **PREGÃO ELETRÔNICO**  
**Nº90209/2024/SUPEL/RO (AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.**  
**0069.003445/2023-51/SEOSP/RO)** deflagrado pela **SUPERINTENDÊNCIA**  
**ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL, DO ESTADO DE RONDÔNIA,**  
pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 04.696.490/0001-63,  
sediada na Avenida Farquar, nº 2986, Pedrinhas, Porto Velho-RO, CEP 76.801-470,  
email [daf@supel.ro.gov.br](mailto:daf@supel.ro.gov.br), o que faz com base instrumental no art. 164 da Lei  
14.133/21 e no item 8 do edital, bem como pelos motivos de fato e de direito a seguir  
expostos.

[REDACTED]



## I – OS FATOS

Trata-se de **pregão eletrônico registrado sob o nº 90209/2024/SUPEL/RO** deflagrado pela **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**, cujo objeto consiste no “Registro de preços para eventual contratação de empresa de **engenharia consultiva para o gerenciamento de obras, projetos** e convênios da Secretaria Estadual de Obras e Serviços Públicos – SEOSP do estado de Rondônia.”, com valor de referência orçado em R\$ 5.649.713,83 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil setecentos e treze reais e oitenta e três centavos).

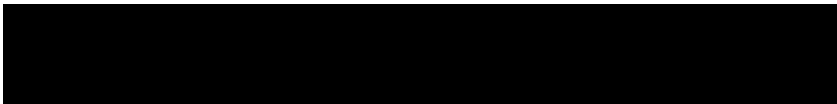
Pela simples descrição do objeto, constata-se que o objeto pretendido almeja a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos no art. 6º, inciso XVIII da Lei nº 14.133/21, o que os impede de serem licitados pela modalidade pregão, mas sim por técnica e preço, consoante vedação expressa do art. 29 da Lei nº 14.133/21.

Justamente pelo objeto contemplar a contratação de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual e possuir orçamento superior a R\$ 359.436,08 (trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos), inexistente discricionariedade na eleição da modalidade de licitatória, sendo obrigatória a adoção da técnica e preço, consoante redação do §2º do art. 37.

## II – O DIREITO

### II.A – A INAPLICABILIDADE DO PREGÃO AO OBJETO DO CERTAME

Conforme já se registrou, o escopo da licitação é, nos termos do edital, agora com destaques, a contratação de “Registro de preços para eventual contratação de empresa de **engenharia consultiva para o gerenciamento de obras, projetos** e



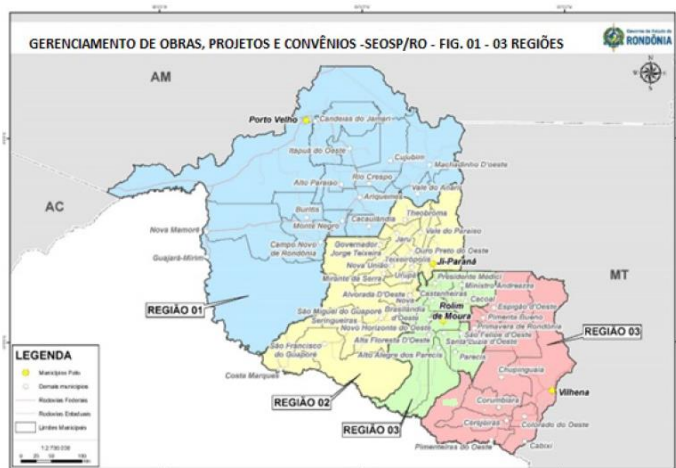
convênios da Secretaria Estadual de Obras e Serviços Públicos – SEOSP do estado de Rondônia.”

Em complemento a isso, veja-se o que aponta o termo de referência, elaborado pela própria administração:

7.8. As atividades a serem desenvolvidas de GERENCIAMENTO se encontram previstas para as seguintes demandas:

a) Obras e Convênios da SEOSP


Com o objetivo de tornar mais ágil as análises de projetos, aprimorar o controle administrativo das obras e dos convênios, e diminuir os custos com deslocamentos e estadias, o estado de Rondônia foi dividido em 03 (três) regiões administrativas, conforme Figura 1 e quadro constante do item 2.2.1 deste projeto básico. As regiões englobam os 52 (cinquenta e dois) municípios rondonienses que possuem obras e/ou convênios com a Secretaria Estadual de Obras e Serviços Públicos – SEOSP.



8. PRODUTOS A SEREM CONTRATADOS

- 8.1. PRODUTO 1: Coordenação Geral
- 8.2. PRODUTO 2: Apoio ao Planejamento e Fiscalização
- 8.3. PRODUTO 3: Apoio à Gestão da Infraestrutura - Convênios
- 8.4. PRODUTO 4: Apoio e Assessoramento Técnico à Gestão das Ações de Meio Ambiente
- 8.5. PRODUTO 5: Apoio ao Processamento de Dados e T.I.
- 8.6. PRODUTO 6: Apoio ao Planejamento e Fiscalização Saneamento
- 8.7. PRODUTO 7: Apoio à Infraestrutura - Planejamento e gestão - SEDE
- 8.8. PRODUTO 8: Apoio à Infraestrutura - Planejamento e gestão - REGIONAL
- 8.9. PRODUTO 9: Laudo e Parecer
- 8.10. Controle Tecnológico
- 8.11. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Ora, SEGUNDO O PODER PÚBLICO, ENTÃO, O OBJETO A SER CONTRATATO CONSISTE EM SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA E ARQUITETURA, e mais



especificamente, como vimos na reprodução da descrição trazida pelo instrumento convocatório, em serviços de supervisão fiscalização e gerenciamento de obras.

Se esse é o objeto a ser licitado por opção da administração, é de rigor que se reconheça seu perfeito enquadramento naquilo que a Lei 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que rege o certame, define como “**serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**”. Veja-se:

Art. 6º. [...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) **estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;**

[...]

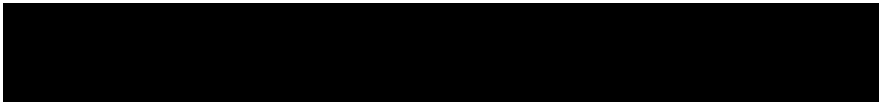
d) **fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;**


[...]

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e **demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso.**

Note-se que, para a Lei 14.133/21, nem todos os serviços técnicos de engenharia e arquitetura são serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

A bem dizer, a norma de fato prevê – como sinaliza a administração, apesar de fazê-lo em aplicação evidentemente ilegal, no caso concreto – no art. 6º, XXI, “d” em **SENTIDO GERAL**, a existência de: (i) serviço comum de engenharia (que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens) e, em contraposição a isso, (ii) serviço especial de engenharia (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou





complexidade, não podem se enquadrar na definição de serviços comuns de engenharia).

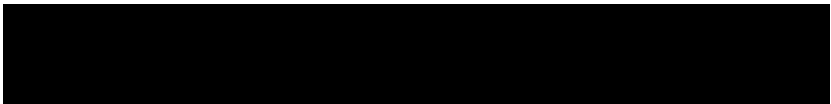
Em que pese as balizas legais, é possível imaginar situações hipotéticas limítrofes em que não seja fácil determinar se certos serviços técnicos de engenharia são “objetivamente padronizáveis” ou, de outro lado, possuem “alta heterogeneidade ou complexidade”. Em outras palavras, é razoável considerar a eventual ocorrência de dúvidas acerca da caracterização de certos serviços técnicos de engenharia como comuns ou especiais.


**Esse desafio, contudo, não é problemático neste caso concreto, nada tendo que ver com a matéria ora enfrentada.** Isso porque a aludida lei de licitações e contratos administrativos, como se viu, possui uma outra referência, essa mais específica, que categoriza e particulariza determinados serviços, denominando-os de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

**Expressão por expressão, palavra por palavra –, “gerenciamento”, e “fiscalização de obras”– o cotejo direto do edital com o art. 6º, XVIII, “d” da Lei 14.133/21 revela que, sem qualquer margem para disputa (porque as letras, as palavras e os signos linguísticos são exatamente os mesmos), o objeto licitado (se não por inteiro, em sua maior e mais relevante parcela) consiste em serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.**

Assim sendo, portanto, e à luz da Lei 14.133/21, é impossível que o objeto pretendido seja contratado pela via do pregão. Veja-se:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.



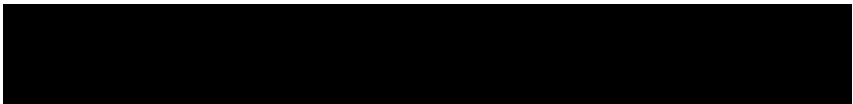
  
Parágrafo único. O pregão NÃO SE APLICA ÀS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

Comentando a legislação de regência, que nesse ponto é bastante mais clara e objetiva que a antiga Lei 8.666/93, Marçal Justen Filho bem destaca que:

Os serviços técnicos especializados subordinam-se a regime diferenciado para contratação. Nas hipóteses que couber licitação, será adotada modalidade e tipo de licitação que permitam a avaliação da qualidade técnica da proposta. [...] O parágrafo único [do art. 29 da Lei nº 14.133/21] reconhece a ausência de configuração de objeto comum em duas hipóteses específicas. Nos dois casos, a prestação contratual refletirá atributos próprios e diferenciados do particular, o que torna impossível reconhecer a existência de um objeto comum (FILHO, Justen Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023. p. 169 e 461).

Para além de rejeitar expressamente o pregão como modalidade de licitação para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a Lei 14.133/21 impõe que esse tipo de escopo contratual seja contratado, quando for o caso de contratação via licitação, pela modalidade concorrência e tendo como critério de julgamento a melhor técnica ou técnica e preço. Veja-se:

Art. 37. [...]  
§ 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), O JULGAMENTO SERÁ POR:  
I - melhor técnica; ou




II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.

É de se notar, então, a determinação do texto normativo específico para o objeto em tela (OS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL PREVISTOS NA ALÍNEA “D” DO INCISO XVIII DO CAPUT DO ART. 6º), nesse caso, é evidente, NÃO HAVENDO QUALQUER MARGEM PARA EXERCÍCIO DE DISCRICIONARIEDADE (que justifique a escolha pelo pregão) – inclusive em virtude de o valor estimado da contratação ser muito superior ao mínimo indicado na lei (R\$ 300.000,00, ou R\$ R\$ 359.436,08 ). NÃO PODE A ADMINISTRAÇÃO IMAGINAR QUE POSSUI DISCRICIONARIEDADE PARA CONTRARIAR A REDAÇÃO DA LEI 14.133/21, E DIZER QUE É “COMUM” UM SERVIÇO QUE A LEI DIZ SER TÉCNICO ESPECIALIZADO DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL. Admitir isso é violar o Estado de Direito e a legalidade (art. 5º, II, Constituição Federal).

Nesse mesmo sentido, e já há muitos anos, o Tribunal de Contas da União rechaça a adoção do pregão para a contratação de serviços técnicos especializados, notadamente aqueles de gestão e consultoria de engenharia.

Veja-se:

Supervisão, Serviço técnico especializado, Licitação de alta complexidade técnica, Fiscalização  
A utilização de Pregão é inadequada para a contratação de serviços técnicos especializados de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras, quando considerados de alta complexidade.  
2. Trata-se do Pregão Eletrônico n.º 033/2010, promovido pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) , cujo objeto é a contratação de empresa para a execução de serviços técnicos de gerenciamento, supervisão, apoio à fiscalização e acompanhamento das obras de reforma, alargamento e ampliação dos berços 101 e 102 do cais comercial do porto de Vitória (ES) , cujo valor global orçado é de R\$ 3.172.927,17.



3. A representante, a Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), requereu que este Tribunal suspendesse cautelarmente o processo licitatório e determinasse que não fosse adotada a modalidade pregão, alegando que o objeto do certame não poderia ser classificado como serviço de natureza comum, sendo imprópria a modalidade de licitação eleita. Tais alegações basearam-se no entendimento de que o serviço pretendido caracterizar-se-ia por elevado nível de complexidade técnica e que se enquadraria entre os serviços de engenharia.

9.2. dar ciência à Codesa que a utilização de Pregão é inadequada para a contratação de serviços técnicos especializados de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras, quando considerados de alta complexidade, não devendo ser adotada em licitações futuras (Acórdão 2441/2011, relator ministro Raimundo Carreiro, julgado em 14/09/2011).

Serviços técnicos especializados de gerenciamento ambiental em obras portuárias contemplam atividades com grau de complexidade incompatível com a definição de "comum", aplicável ao pregão.


2. Quanto ao mérito, coaduno-me com a análise empreendida pela unidade técnica. De acordo com o arcabouço de regência do certame, os serviços técnicos especializados de gerenciamento ambiental, descritos no Relatório precedente, contemplam atividades que carregam grau de complexidade incompatível com a definição de "comum" estabelecida na Lei nº 10.520/2002. Entendo, portanto, que a modalidade Pregão não poderia ter sido adotada para o certame. (Acórdão 1815/2010, relator ministro Raimundo Carreiro, julgado em 28/07/2010).

“Acórdão TCU 590/2017 – Portanto, se, quando as especificações completas do serviço desejado são informadas a diversos interessados e a expectativa é de que o produto final entregue seja o mesmo, qualquer que seja o contratado, o serviço é comum. É o caso de pintura, impermeabilização, instalação de forro e tantos outros. Se, de outro modo, a expectativa é de que o produto final varie conforme quem o produziu, trata-se de serviço incomum. É o caso dos projetos de arquitetura e engenharia, de trabalhos de consultoria e outros de cunho essencialmente intelectual.

A mesma posição foi recentemente adotada pelo **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**. Vejamos:





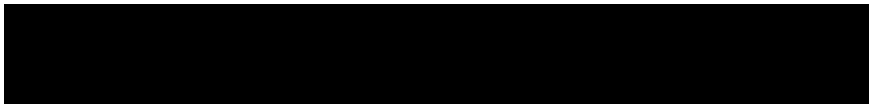


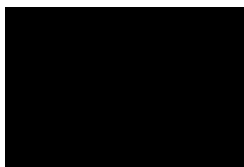
EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. ELABORAÇÃO DE PEÇAS TÉCNICAS, ESTUDOS E ORÇAMENTOS, **FISCALIZAÇÃO E APOIO. INDEVIDA ADOÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA PREGÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE MENOR PREÇO E DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Princípio pela indevida utilização do Pregão, hipótese que sustentou a ordem cautelar de paralisação do certame e que restou confirmada através da percuciente análise empreendida pelo segmento especializado de ATJ. **Com efeito, objeto posto em disputa extrapola o conceito de “serviços comuns de engenharia” (artigo 6º, inciso XXI, “a”, da Lei 14.133/2021), tornando inaplicável a adoção daquela modalidade licitatória, consoante expressa vedação do artigo 29 da Lei nº 14.133/21.**

(ii) Igualmente imprópria, à luz do que dispõe o artigo 37, § 2º da NLLC, é a adoção do critério de julgamento por menor preço, uma vez que o objeto contempla as atividades previstas nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do artigo 6º daquela Lei e o valor estimado da contratação supera os R\$ 300.000,00 (R\$ 184.828.289,10).

(iii e viii) **Procedem, ainda, as críticas relacionadas à adoção do sistema registro de preços,** cuja escolha restou comprometida pela ausência de preenchimento dos requisitos do artigo 85 da Lei Federal nº 14.133/2021. (Exame Prévio de edital nº 014754.989.24-2, relator conselheiro Robson Marinho, DOE 02/09/2024).





Como se vê, a administração se equivoca ao imaginar que cabe a si definir o enquadramento do objeto como serviço comum de engenharia, no registro do art. 6º, XXI, e “d”, da Lei 14.133/21 que se discutiu acima, o que, por si só, representa vício grave de motivação.

É de se ter claro aliás, que a administração sequer busca enquadrar os serviços licitados como comuns, deixando de proceder com o mínimo argumentativo de justificar tecnicamente as razões pelas quais entende que os serviços indicados no objeto poderiam ser licitados por pregão.


Tal postura deixa ainda mais evidente que a administração apenas avocou a si uma inexistente competência discricionária de optar pela modalidade licitatória que lhe seria mais palatável, desconsiderando o fato que não cabe à administração optar pela modalidade licitatória mais conveniente.

De qualquer modo, se o serviço fosse comum, poderia ser licitado pela via do pregão; caso fosse especial, essa modalidade seria proibida. **Com efeito, muito embora seja possível discordar veementemente, e com razão, da caracterização dos serviços licitados como comuns, tal sequer é necessário no caso concreto, como já se explicou acima.**

Isso porque, vale reiterar, para além da distinção de serviço de engenharia entre comum e especial, a **LEI** conceitua, de modo muito detalhado e particular, os serviços licitados como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

Como ensina Norberto Bobbio, de duas normas incompatíveis, uma geral e uma especial (ou excepcional), prevalece a segunda: *lex specialis derogat generali*. Também nesse caso a razão do critério não é obscura: lei especial é aquela que derroga uma lei mais geral, ou seja, que subtrai a uma norma uma parte da sua matéria para







submetê-la a uma regulamentação diversa (contrária ou contraditória) [...]. A passagem de uma regra mais extensa (que contenha um certo *genus*) para uma regra derogatória menos extensa (que contenha uma *species* do *genus*) corresponde a uma exigência fundamental de justiça, entendida como igual tratamento das pessoas que pertencem à mesma categoria. A passagem da regra geral para a regra específica corresponde a um processo natural de diferenciação das categorias e a uma descoberta gradual, por parte do legislador, dessa diferenciação. Ocorrida ou descoberta a diferenciação, a persistência na regra geral implicaria o tratamento igual de pessoas que pertencem a categorias diversas e, portanto, uma injustiça (BOBBIO, Norberto. **Teoria geral do direito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 253, destaques nossos).

Ora, PARA AS LICITAÇÕES QUE TENHAM O OBJETO ASSINALADO ACIMA, como essa que se discute na presente impugnação, NÃO SE APLICA A PREVISÃO GERAL QUANTO AOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DO ART 6º, XXXVIII, DA LEI 14.133/21. ISSO PORQUE O ART. 37, § 2º, É UMA NORMA MAIS ESPECÍFICA, OU SEJA, QUE REGULA DETALHADA E PARTICULARMENTE ESSA MATÉRIA, ORDENANDO QUE O CRITÉRIO DE JULGAMENTO A SER ADOTADO PELO EDITAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER O DE MELHOR TÉCNICA OU DE TÉCNICA E PREÇO.

Complemente-se o exposto com uma consideração sobre a inexistência de discricionariedade para a administração optar pela modalidade pregão quando não estão presentes os requisitos para a eleição de tal modalidade, uma vez que a escolha da modalidade de licitação e do critério de julgamento, ao menos neste caso concreto (com todas as características vistas acima), é um ato vinculado e não discricionário.





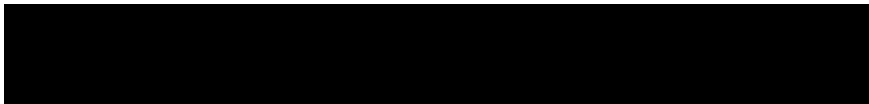
A discricionariedade apenas existe, como diz Maria Sylvia Zanella Di Pietro, **quando prevista em lei**. Mais especificamente, isso acontece, nas palavras da referida autora, nas seguintes situações:

- quando a lei expressamente confere à administração, como ocorre no caso da norma que permite a remoção *ex officio* do funcionário, a critério da administração, para atender à conveniência do serviço;
- quando a lei é omissa, porque não lhe é possível prever todas as situações supervenientes ao momento de sua promulgação, hipótese em que a autoridade deverá decidir de acordo com princípios extraídos do ordenamento jurídico;
- quando a lei prevê determinada competência, mas não estabelece a conduta a ser adotada; exemplos dessa hipótese encontram-se em matéria de poder de polícia, em que é impossível à lei traçar todas as condutas possíveis diante de lesão ou ameaça de lesão à vida, à segurança pública, à saúde (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 557).

Não se está diante, no caso concreto, de nenhuma das três hipóteses: atribuição expressa de discricionariedade pela lei, omissão legal ou falta de determinação da conduta a ser adotada, de forma que inexistente essa autonomia da administração em eleger a modalidade de pregão.

Bem ao contrário, a Lei 14.133/21 impõe que, para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (como os ora licitados), é obrigatória a adoção da modalidade concorrência com critério de julgamento por melhor técnica ou técnica e preço (art. 37, § 2º).

Por fim, e ainda que qualquer outra consideração de mérito seja desnecessária para que se conclua pela ilegalidade da previsão editalícia aqui combatida, uma vez que **regras legais existem para ser cumpridas, sobretudo pela administração pública (e não ignoradas ou utilizadas conforme arbitrária e casuisticamente se entenda pertinente)**, diga-se, brevemente, apenas a título de





complemento da justificação, que o edital, ao adotar a modalidade licitatória do pregão, e a decisão por mantê-lo sem alteração, que aqui se combate, não violam apenas a regra dos arts. 29, parágrafo único, e 37, § 2º, da Lei 14.133/21, mas também os princípios, inscritos no art. 5º da norma.


Nesse sentido, considere-se que a finalidade da licitação não é a de seleccionar a proposta mais vantajosa apenas do ponto de vista econômico, mas também aquela que atenda ao interesse público da maneira mais eficiente e rica: de nada adianta obter um preço em tese vantajoso (o preço mais baixo) e se contratar um serviço prestado de maneira falha e insuficiente, ou seja, um serviço aquém daquele necessário para contemplar o interesse público.

Portanto, contratar serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia consultiva apenas pelo prisma do preço é flertar desnecessária e ilegalmente com o risco de uma contratação cujos objetivos não serão atingidos, uma contratação que eventualmente – para não dizer provavelmente – resultará em uma prestação de serviços dissonante ou prejudicial ao interesse público. Afinal, sem se preocupar com a qualidade dos serviços intelectuais a serem contratados, a administração quase que inevitavelmente incidirá em situações como, por exemplo, as da necessidade de aditamentos do contrato, o que representa falha na eficiência (quanto ao cronograma previsto, que certamente será atrasado) e na própria economicidade (eis que, no geral, os aditamentos envolvem alguma repactuação do preço originalmente contratado).

## **II.B – O VALOR DE REFERÊNCIA ORÇADO E A DISPOSIÇÃO DO ART. 37, §2º DA LEI Nº 14.133/21**

Conquanto já mencionado brevemente no tópico precedente, importa aprofundar ainda que os serviços técnicos especializados de natureza





predominantemente intelectual também devem ser licitados pela modalidade técnica e preço à luz do art. 37, §2º da Lei nº 14.133/21 que assim dispõe:

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

§ 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do **caput** do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:

I - melhor técnica; ou

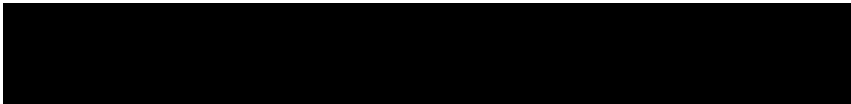
II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento)

Tendo em vista que o valor orçado do certame atinge a quantia de 5.649.713,83 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil setecentos e treze reais e oitenta e três centavos)., é evidente que supera os R\$ R\$ 359.436,08 previstos em lei, o que de igual forma compromete a legalidade do edital quanto à modalidade licitatória, dado que somente pelo valor, os serviços técnicos especializados aqui licitados deveriam sê-lo pela técnica e preço ou melhor técnica.

## **II.C – A IMPERTINÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Consoante se depreende do instrumento convocatório em análise, este se dedica a materializar uma ata de registros de preço para a futura contratação de diversos serviços de engenharia consultiva de **gerenciamento e fiscalização de obras**.

O emprego do registro de preço pressupõe a contratação de bens ou serviços padronizáveis e usuais, que possam ser adquiridos a qualquer tempo, prazo e condições pela administração que registrou a ata.





Justamente por pressuporem uma padronização e uma ausência de especificidade, os bens e serviços adquiridos mediante ata de registro de preço não podem possuir características e condições muito particulares, que exijam uma atuação específica e direcionada quer seja no que concerne às técnicas para sua execução, quer seja a respeito das condições e prazos de execução.

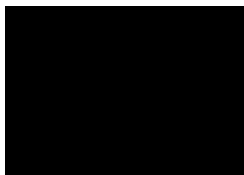
Os bens e serviços passíveis de serem contratados por ata de registro de preços devem ser dotados de uma generalidade, com uma técnica de prestação perfeitamente adaptável em qualquer circunstância ou época, sem que seja necessária a adoção de uma técnica específica e particular, que varie de acordo com o serviço a ser prestado.

Com efeito, os serviços de engenharia consultiva, notadamente os que envolvem o escopo do objeto licitado, não possuem essa padronização generalizada e essa possibilidade de serem prestados de uma maneira uniforme, o que impede que sejam contratados via ata de registro de preço, já que devem obedecer a uma série de rigores técnicos e características, que devem ser particularizadas a cada contratação, mediante termos de referência individualizados em contratações distintas.

Ou seja, os serviços de engenharia não reputados como comuns, como os de elaboração de projetos, gerenciamento e supervisão, somente são prestados com qualidade e eficiência se contarem com especificações técnicas absolutamente particulares, dotadas de uma precisão quase única, que permita que sejam executados dentro dos padrões condizentes do empreendimento.

Logo, não é possível replicar os serviços de engenharia consultiva para qualquer tipo de obra de engenharia ou edificação, de maneira que é incabível que sejam contratados via ata de registro de preço, eis que após serem executados para o empreendimento específico para o qual foram concebidos e planejados, a sua simples





repetição como se fossem um mesmo escopo, pode até comprometer contratações futuras, trazendo riscos não só para a obra que reaproveita um serviço de engenharia consultiva, mas ao próprio interesse público.

Assim, por não serem padronizáveis e utilizáveis de maneira generalizada para qualquer tipo de obra ou empreendimento, os serviços de engenharia consultiva não podem ser contratados por ata de registro de preço.

Essa é a jurisprudência do Egrégio **Tribunal de Contas da União**:

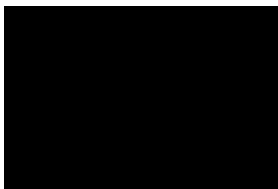
(...)incluindo apenas soluções baseadas em serviços simples de *engenharia*, haja vista que vias e rodovias expressas ou de grande trafegabilidade demandam projetos e execuções de *engenharia* mais refinados e complexos, e a licitação do tipo sistema de *registro de preços* (SRP) não poderia compreendê-los. (Acórdão nº 1170/2022, relator ministro Augusto Sherman, julgado em 22/05/2022).

Em igual sentido, a jurisprudência do **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**:

Posto isto, circunscrito estritamente às questões analisadas, considero procedentes as impugnações, determinando que a Administração, querendo dar seguimento ao certame, adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, especialmente para: a) Abolir a utilização do Sistema de Registro de Preços, em eventual novo procedimento a ser adotado (TC 3781.989.14-0, relator conselheiro Sidney Beraldo. Julgado em 15 de outubro de 2014).







Essa é, aliás, a redação da Lei nº 14.133/21 que ao regram a utilização do sistema de registro de preços dispõe que esse procedimento auxiliar só será admissível em caso de objeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional. Confira-se:

Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - **existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;**

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Ante o exposto, é de rigor a revogação do presente edital, tendo em vista a impertinência de se adotar a ata de registro de preço para a futura contratação de serviços de engenharia complexos, como os de gerenciamento, supervisão e fiscalização.

### III – PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) Seja recebida e respondida a presente impugnação, no **prazo legal de até três dias úteis**, com o reconhecimento da **procedência** dos argumentos suscitados acima, para que o edital em questão seja **retificado e republicado, deixando de adotar o pregão como modalidade licitatória para a contratação do objeto pretendido**, bem como deixe de se adotar o menor preço e o sistema de registro de preços, adotando-se, subsequentemente, as demais providências pertinentes, em especial o cancelamento da data final atualmente fixada para a sessão pública (11 de setembro de 2024);





b) Sejam todas as comunicações, ofícios e publicações oficiais relativas ao feito em questão veiculadas em nome dos advogados Julio de Souza Comparini, inscrito na OAB/SP sob o nº [REDACTED], endereço eletrônico [REDACTED], e Gabriel Costa Pinheiro Chagas, inscrito na OAB/SP sob o nº [REDACTED], endereço eletrônico [REDACTED]

Termos em que,  
pede deferimento.

São Paulo, 3 de setembro de 2024.

**JULIO DE SOUZA COMPARINI**



**GABRIEL COSTA PINHEIRO CHAGAS**

